

## CONTRIBUTO DA COLONIZAÇÃO FENÍCIA PARA A DOMESTICAÇÃO DA TERRA PORTUGUESA

Ana Margarida Arruda  
Universidade de Lisboa

### 1. INTRODUÇÃO

A informação disponível para o território actualmente português sobre o tema deste colóquio é de tal forma escassa e deficiente que quaisquer expectativas que o título da minha comunicação possa ter criado sairão totalmente frustradas.

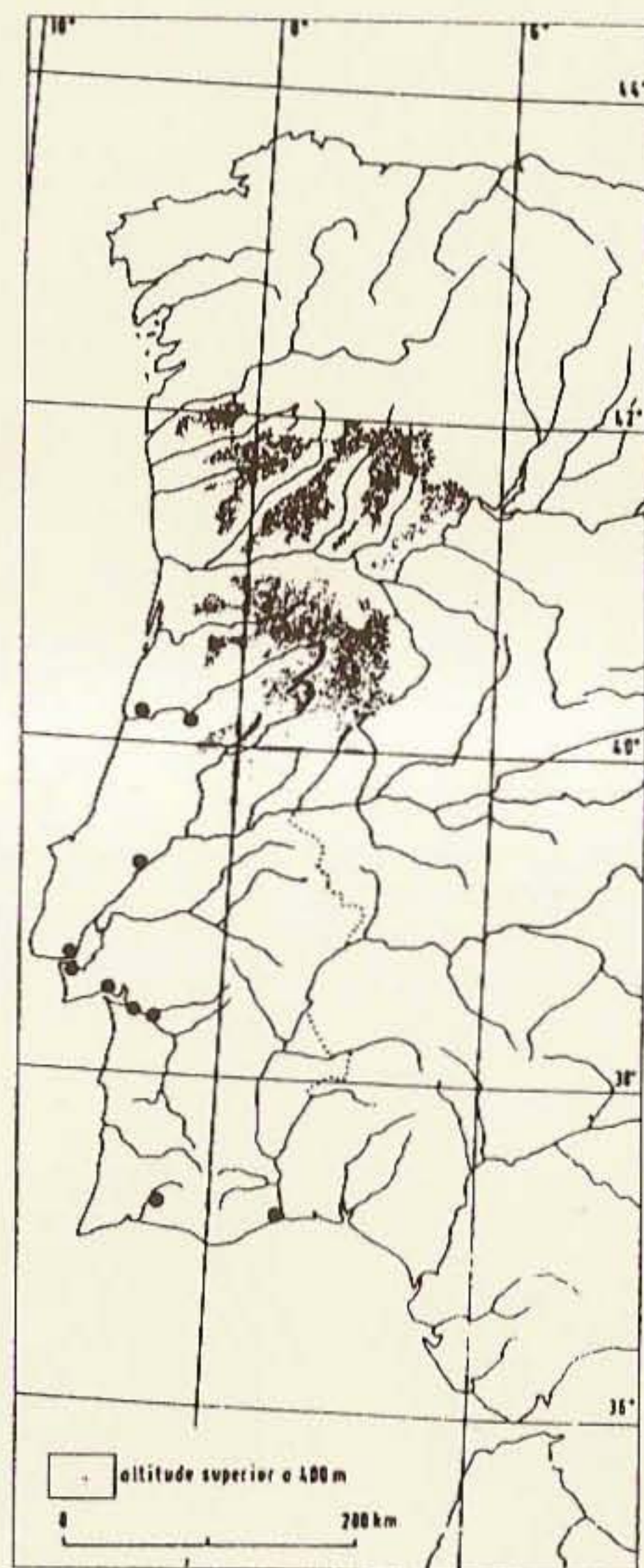
De facto, a informação que pude manipular traduz o estado ainda embrionário da investigação científica portuguesa, no que se refere à Idade do Ferro, que se tem sobretudo preocupado em definir periodizações, elaborar tipologias cerâmicas e estabelecer cronologias para as diversas ocupações da fase mais recente da Proto-História. Assim, os estudos paleoambientais têm ficado, quase sempre, por fazer, sendo praticamente inexistentes as análises polínicas ou os estudos antracológicos e carpológicos. Por outro lado, é também muito escassa a informação disponível para avaliar a paisagem natural das áreas tocadas pela colonização fenícia, resumindo-se, quase exclusivamente, à que existe para o baixo vale do Tejo. Tal situação, aliada ao facto de ter sido também nesta região que se encontraram, em níveis da Idade do Ferro, algumas sementes cujo o estudo preliminar se encontra concluído, contribuiu, decisivamente, para que tenha sido esta a área sobre a qual me debrucei, com algum detalhe.

Os dados de que dispus para elaborar uma síntese do tema que me propus aqui tratar são, na maior parte dos casos, indirectos, sendo as evidências directas da prática da agricultura durante o I milénio a. C. de uma pobreza confrangedora.

O presente trabalho tem, pois, por base dois tipos distintos de dados. Por um lado, tive em consideração as sementes recolhidas em Almaraz e na Alcáçova de Santarém, no estuário do Tejo, bem como os resultados que as análises polínicas realizadas no baixo vale do mesmo rio proporcionaram. Alguns artefactos directamente conectados com a prática da agricultura foram ainda inventariados, tendo procurado também extrair dos estudos faunísticos de Almaraz, Lisboa e Alcáçova de Santarém alguma informação complementar.



Por outro, entendi que faria algum sentido definir os potenciais territórios de recursos dos povoados referidos, analisando esses territórios em função das necessidades alimentares de uma população calculada para esses sítios. Os potenciais territórios de exploração foram delimitados com base na metodologia de Davidson e Bailey (1984), enquanto que para os cálculos demográficos tomei em consideração as propostas de Narroul (1962), Casselberry (1974), Milisaukas (1972) e Renfrew (1972). As necessidades alimentares da população foram determinadas a partir dos números que Fernandez Martinez e Ruiz Zapatero (1984) avançaram para a produção e consumo cerealífero.



Localizações aproximadas, de Norte para Sul: Santa Olaia, Conímbriga, Santarém, Lisboa, Quinta do Almaraz, Setúbal, Abul, Alcácer do Sal, Cerro da Rocha Branca, Castro Marim.

## 2. A BASE DOCUMENTAL

Os trabalhos arqueológicos que, desde há alguns anos, tenho vindo a realizar na Alcáçova de Santarém,<sup>1</sup> permitiram recolher, em níveis da Idade do Ferro, um apreciável conjunto de sementes, cujo estudo está em fase de conclusão.<sup>2</sup>

Esse estudo permitiu verificar que o trigo (*triticum compactum* var. *globiforme*) e a cevada, quer na variante de grãos vestidos quer a variedade de grãos nus (*hordeum vulgare* e *hordeum vulgare coeleste*), foram cultivados ao longo de toda a diacronia sidérica, sendo importante referir, desde já, que o primeiro dos cereais domina de forma clara, apresentando sempre valores superiores a 85 %. Mais interessante é observar que o trigo não apresenta quaisquer alterações ao longo da Idade do Ferro, tendo-se ainda constatado que a espécie presente em Santarém (*triticum compactum* var. *globiforme*), mesmo nos níveis imediatamente anteriores à ocupação romana, é ainda aquela que já se cultivava na região desde o 3º milénio a. C. «Trata-se de um trigo de grãos pequenos e arredondados, de características intermédias entre os *Triticum aestivum*, *T. compactum* e *T. sphaerococcum*, cuja nomenclatura não está ainda definida com clareza». (Estudos de Arqueobotânica da Alcáçova de Santarém - Paula Fernanda Queiroz e Wim Van Leeuwen, mas que corresponde à mesma espécie da que foi abundantemente recolhida nas escavações arqueológicas de Vila Nova de S. Pedro e do Zambujal, sítios calcolíticos também localizados na chamada Península de Lisboa. Esta situação, que aliás não difere de outras já estudadas (Buxó, 1997: 246), demonstra como a presença fenícia não têm, de facto, qualquer impacto ao nível das espécies de cereais cultivados.

O que ressalta do estudo das sementes de Santarém é, assim, a enorme importância que os cereais parecem deter na alimentação da população, tendo ficado demonstrado que a agricultura praticada é, por excelência, de tipo cerealífero. No entanto, o estudo efectuado evidenciou que a horticultura, ainda que de forma insignificante, colaborou no processo alimentar, uma vez que as ervilhas foram também identificadas.

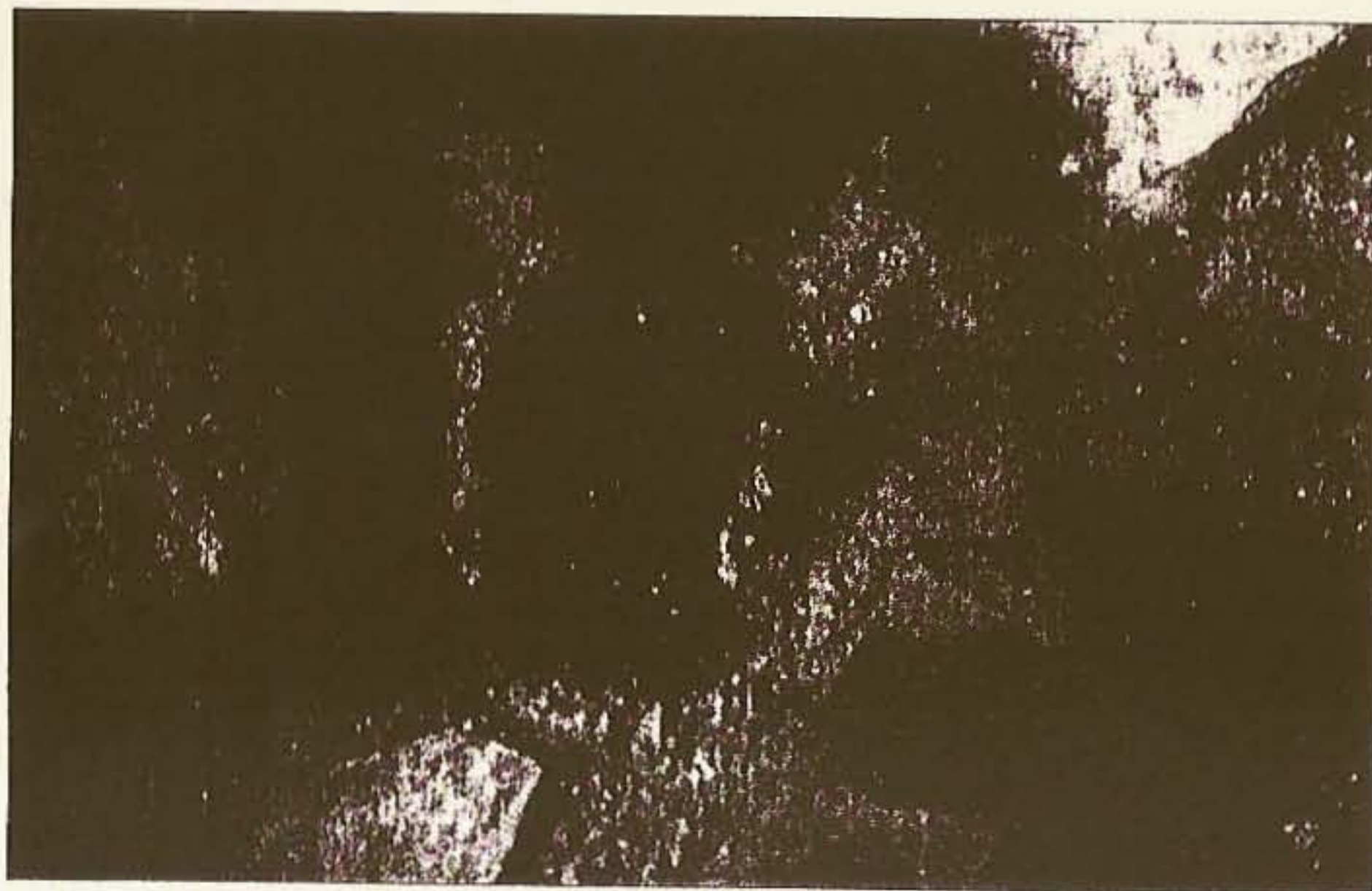
Em meados da década de 80 do século xx, uma sondagem, para análises polínicas, realizada no Paul dos Patudos, em Alpiarça, no baixo vale do Tejo, próximo de Santarém (Leeuwen e Janssen, 1985), veio proporcionar a recolha de dados que importa aqui retomar. Os pólenes e as datações de rádio carbono para a sequência estratigráfica evidenciam que, a partir de 5.000 BP, a paisagem natural sofre alterações significativas, tendo-se passado de um floresta aberta, para uma paisagem de tipo estepe (*ibid.*). Os elementos florestais descem de valor, aumentando consideravelmente o NAP, o que significa que as áreas não arborizadas são já muito extensas (*ibid.*). Esta situação vai-se

1. A Alcáçova de Santarém é um importante povoado localizado no fundo do estuário do Tejo, onde uma ocupação orientalizante, datada a partir da segunda metade do século viii a. C. (cronologia tradicional), foi detectada. Os contactos, precoces e intensos, com o mundo fenício ocidental estão materializados num numeroso espólio de características e filiação eminentemente orientais, de que se destaca as ânforas R1, os pratos e taças de engobe vermelho, os pithoi, as urnas de tipo Cruz del Negro e a cerâmica cinzenta.

2. Os estudos carpológicos foram realizados por Paula Queiroz e Wim Van Leeuwen, do Centro de Investigação em Paleo Arqueologia (CIPA) do Instituto Português de Arqueologia (IPA), ao abrigo da colaboração entre esse centro e o projecto que, conjuntamente com Catarina Viegas, dirige para a Alcáçova de Santarém.



acentuando de forma clara até 2590 BP,<sup>3</sup> época em que os valores do pinheiro e do carvalho são já reduzidos (*ibid.*). É de admitir que estas alterações na paisagem tenham sido provocadas pela acção do homem, que terá tido necessidade de, a partir pelo menos do final do Calcolítico, iniciar um processo de desflorestação que permitisse áreas mais vastas para prática agrícola. Torna-se também interessante observar que essa desflorestação se intensificou no início do I milénio a. C., momento em que se verificam os primeiros contactos da região com fenícios ocidentais.



Alcáçova de Santarém: sementes de *hordeum vulgare* e *hordeum vulgare coeleste*, encontradas *in situ* durante as escavações de 1999, dentro de vaso de armazenamento.

Muito interessante é verificar que em 2590 BP, justamente quando o NAP apresenta áreas consideráveis, os pólenes de vinha são, pela primeira vez, muito altos (33 %). Apesar de as análises efectuadas não terem sido conclusivas a esse respeito, e de ter ficado claro que a vinha selvagem existia na região desde pelo menos 4580 BP, os autores admitem que, na primeira metade do I milénio a. C., os numerosos pólenes identificados podem já corresponder a *vitis* cultivada, e não selvagem (*vitis sylvestris*), tendo acentuado a sua elevada presença (*ibid.*: 229).

As mesmas análises polínicas permitiram ainda verificar que é também nesta época que se registam os primeiros pólenes de *Olea* (*ibid.*).

3. Esta datação, depois de calibrada, forneceu os seguintes valores: intercepção em 795 cal BC; a um sigma: 808-767 cal. BC; a dois sigma: 833-752 cal. BC. Agradeço a António Monge Soares o ter efectuado a calibração.

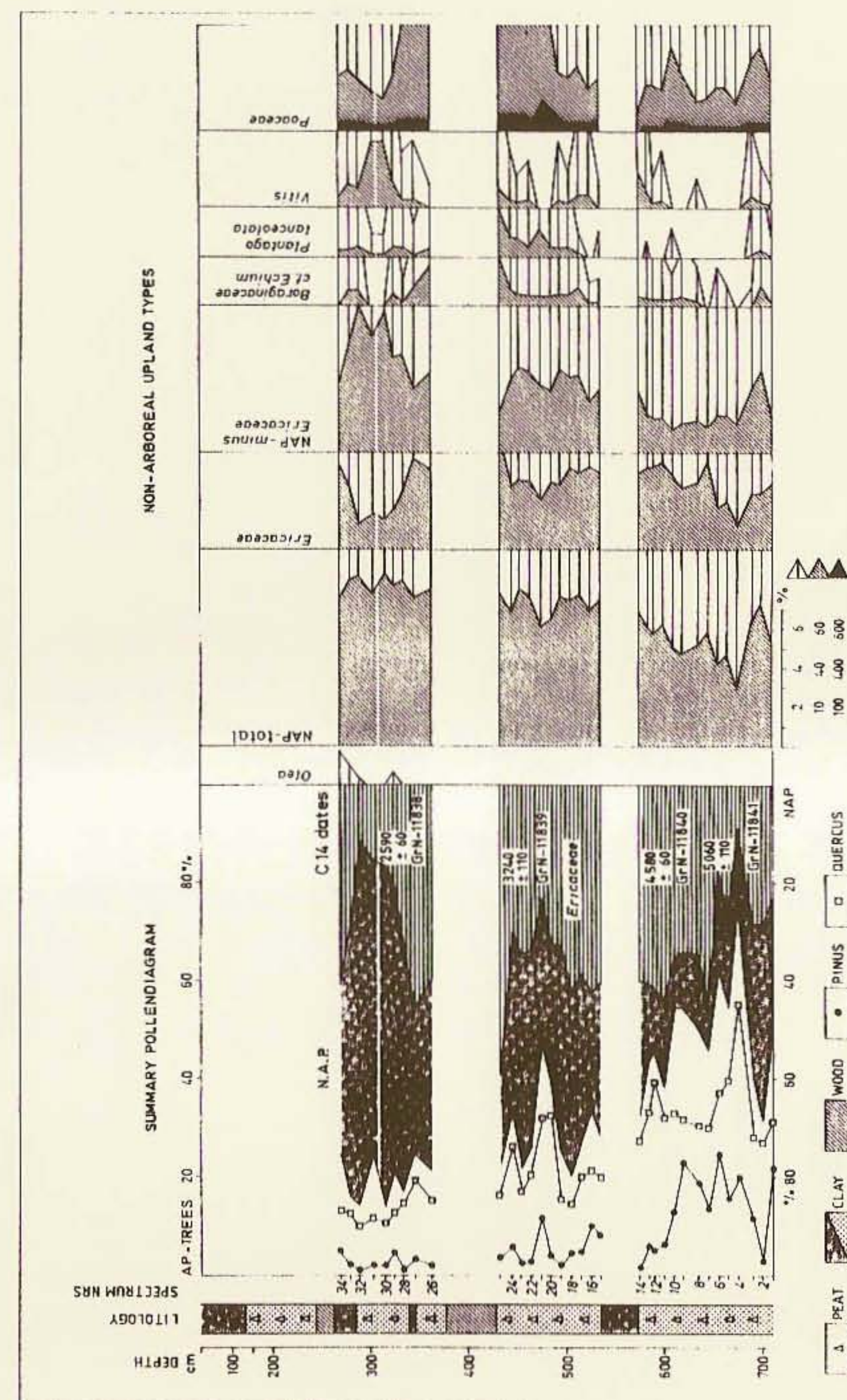


Diagrama polínico de Alpiarça, vale do Tejo, según Leeuwaarden e Jansen, 1985, p. 234.



Para além dos dados acima apresentados e referentes ao baixo vale do Tejo, outros existem em Almaraz, sítio localizado na foz do estuário do mesmo rio.<sup>4</sup> Aqui, e em níveis correspondentes ao século VII a. C., em cronologia radiométrica, foram recolhidas numerosas grânhas de uva (Barros, 1998), o que prova o plantio de vinha na região. Os elementos de Almaraz sugerem que as uvas correspondentes a estas grânhas foram consumidas frescas ou em forma de passa e não serviram para produzir vinho, o que não significa que essa produção não tenha ocorrido.

A informação exposta nas páginas anteriores não é afinal distinta da que se tem vindo a verificar em outras áreas onde a colonização fenícia ficou evidenciada.

Também na costa de Málaga, concretamente em Cerro del Villar (Aubert *et al.*, 1999), o momento da chegada de populações orientais ficou marcado por um extenso processo de desflorestação e consequentemente por uma diminuição da área arborizada e um aumento do NAP. Os dados obtidos na foz do rio Guadalhorce são bem eloquentes desta situação, parecendo óbvio que as novas instalações humanas implicaram o aumento da área cultivada (*ibid.*). É, também, aqui evidente a forma como, entre os séculos VIII e VI a. C., se consolidou o plantio da vinha e ainda o peso dos cereais na dieta alimentar. Relativamente à oliveira, os dados existentes indicam o momento avançado da sua ocorrência, tendo a análise estratigráfica demonstrado a sua introdução na região apenas a partir do final do século VII a. C. (*ibid.*: 337).

No Castillo de Doña Blanca, a situação parece semelhante. A base cerealífera da agricultura é um dado adquirido, predominando, à semelhança do que sucede no Cerro del Villar, a cevada vestida seguida de trigo nu (Chamorro, 1994). As análises carpológicas realizadas mostraram também a importância da vinha cultivada, em todas as fases de ocupação deste importante sítio andaluz, e, ainda igualmente, a presença da oliveira apenas a partir da II fase de ocupação, datada a partir de meados do século VII a. C. (*ibid.*).

Relacionados com a actividade agrícola, foram recolhidos, tanto em Santarém como em Almaraz, ou mesmo em Lisboa, alguns artefactos, concretamente mós. Trata-se de moinhos manuais, compostos por um elemento movente e outro dormente, que serviram para, localmente, se efectuar a transformação dos cereais.

Como referi no ponto anterior, a fauna recolhida na Alcáçova de Santarém, em Almaraz e em Lisboa foi já objecto de estudo e, em parte, de publicação (Barros *et al.* 1993; Cardoso, 1996). Nos três sítios do Tejo, os ovicaprínos dominam sempre no total dos mamíferos identificados, correspondendo a percentagens que variam entre os 45 e os 65 % (Cardoso, 1996). No entanto, e apesar das suas percentagens oscilarem entre os 20 e os 30 %, os bovídeos foram sem dúvida quem mais contribuiu para a dieta alimentar das populações destes povoados (*ibid.*). De facto, parece ter sido o boi quem forneceu a maior base de proteínas animais consumidas, uma vez que os restos identificados correspondem a um peso em carne sete a nove vezes superior ao dos ovicaprínos.

4. O sítio de Almaraz revelou uma importante ocupação da Idade do Ferro, onde estão presentes cerâmicas cujas formas e as tecnologias apresentam inegáveis características orientalizantes. Esta ocupação parece sobrepor-se a outra do Bronze Final.

Ainda em termos faunísticos, convém ter, também, em consideração que enquanto nos dois sítios da foz do estuário (Lisboa e Almaraz) a actividade cinegética não parece ter tido grande expressão (*ibid.*), no povoado localizado no extremo interior do estuário (Alcáçova de Santarém), a caça assumiu algum destaque enquanto fonte de proteínas animais, tal como ficou demonstrado pelos 19,8 % de javali e pelos 9,4 % de cervídeos (Arruda, 2002). A significativa presença destes animais sugere ainda que, apesar da crescente extensão de áreas não arborizadas no baixo vale do Tejo a partir dos inícios do I milénio a. C., os bosques tinham ainda um peso relativo na cobertura vegetal da região.

Infelizmente, os estudos faunísticos realizados não permitiram, na maior parte dos casos, calcular a idade do abate dos bovídeos. No entanto, julgo possível admitir que o *bos taurus*, para além de se constituir como contributo essencial na dieta alimentar, foi também aproveitado em várias das suas outras potencialidades. Os significativos números de restos identificados podem indiciar que não foi desprezada a sua capacidade de tracção, capacidade essa certamente aproveitada na actividade agrícola.

### 3. TERRITÓRIOS POTENCIAIS E RECURSOS POSSÍVEIS

Não tendo querido esquecer que as comunidades humanas se movimentaram num espaço que, não sendo rígido e imóvel, era concreto, e que o espaço escolhido pode traduzir comportamentos também económicos, senti-me impelida a ter em consideração, neste trabalho, outras escalas de análise, concretamente os potenciais territórios de exploração, os recursos disponíveis, as áreas ocupadas e a demografia.

Tenho, apesar de isso, perfeita consciência que as metodologias seguidas, bem como, aliás, a própria análise espacial que ensaiei, sendo tentadoras, se revestem de inúmeros riscos. Apesar das correcções que Davidson e Bailey introduziram nas delimitações dos territórios de recursos, o facto é que os modelos de análise espacial que os arqueólogos processualistas beberam na Geografia humana podem ser justamente postos em causa e não deterem afinal o peso e o significado que se lhes pretende atribuir, sendo, por um lado, demasiado redutores e por outro excessivamente generalistas. A perspectiva economicista em que se baseiam estes modelos está por comprovar para sociedades pré-industriais, parecendo evidente que os potenciais territórios de recursos podem variar de acordo com múltiplos factores. Não é, também, obrigatório que o comportamento espacial dos grupos humanos seja absolutamente racional, de acordo com a perspectiva económica. Os princípios de «local ideal» ou de «menor custo», de Chisholm e Higgs e Vita-Finzi respectivamente, podem não ser completamente válidos para as sociedades proto-históricas, até porque as implantações humanas não dependem, obrigatoriamente e apenas, da disponibilidade e abundância dos recursos das suas áreas de implantação, mas de um sem número de outros factores, concretamente sociais, tecnológicos e até simbólicos.

Continuo, no entanto, convicta que muitas das metodologias que a «New Archaeology» introduziu na *praxis* arqueológica podem ser utilizadas, desde que se mantenha uma posição permanentemente crítica e se multipliquem os critérios de análise.



Por isso mesmo, pareceu-me útil, no contexto desta comunicação, tentar estimar a população de cada um dos sítios orientalizantes do estuário do Tejo e verificar se as suas necessidades alimentares poderiam ser supridas pelos recursos passíveis de serem explorados nos seus potenciais territórios.

Nos cálculos que efectuei obtive valores que merecem ser apresentados e discutidos.

Se se optar pela proposta de Renfrew (1972),<sup>5</sup> poderia considerar-se que Almaraz, com 6 ha, comportava 1800 indivíduos. No entanto, ao corrigir esse número de acordo com outras propostas, como a de Naroul (1962)<sup>6</sup> ou Casselberry (1974),<sup>7</sup> obtém-se 2.000 e 1.000 habitantes, respectivamente. Perante esta disparidade de números, e sem que outros dados possam ser utilizados, nomeadamente a quantidade de espólio destinado a armazenamento e área útil ocupada com habitações e com actividades industriais, tornou-se difícil avaliar qual o número que mais se aproximava da realidade. No entanto, não pode deixar de referir-se que mesmo que se escolha o menor número, ou seja o que se obtém através dos cálculos elaborados com base na proposta de Casselberry, verifica-se que para suprir as necessidades alimentares da população de Almaraz seria necessária uma ampla área de exploração de recursos. Atendendo aos cálculos de Halstead (1989) ou de Fernández Martínez e Ruiz Zapatero (1984a), que estabelecem que cada indivíduo necessita por ano de 200 ou 210 kg de cereal, respectivamente, 1000 indivíduos necessitariam, anualmente, de cerca de 200 toneladas de cereal. Tomando em linha de conta que o cultivo cerealífero está estimado em 400 kg por hectare, abastecer Almaraz de cereais implicaria uma área cultivada de 500 hectares.

Ao comparar estes cálculos com as potenciais áreas de recursos de 12, 30 e 60 minutos verifiquei que estas eram de 11, 23 e 35 hectares respectivamente, o que manifestamente era insuficiente para suprir as necessidades alimentares da população que residia no sítio.

O estudo da fauna, já anteriormente referido, comprova que as proteínas animais contribuíam, de modo decisivo, para alimentação do grupo humano instalado no sítio, o que certamente pode reduzir de forma drástica as áreas necessárias à exploração cerealífera.

No entanto, mesmo admitindo, tal como Jorge de Alarcão (1992: 46), que as proteínas animais correspondem a 50 % de uma possível dieta alimentar das populações proto-históricas, o que me permite diminuir consideravelmente as áreas necessárias para o cultivo de cereais, obtenho um número ainda muito superior àquele que a determinação da potencial área de recursos de 60 minutos me forneceu: 250 hectares necessários - 35 hectares obtidos. Os cálculos efectuados para uma potencial área de recursos de 2 horas (110 hectares) tão pouco resolve o problema, agravado pelo facto de não dever também esquecer-se que a existência de ovinos e bovinos em quantidades apreciáveis implica, também, áreas de pastagem de dimensões consideráveis.

5. A cada hectare correspondem 300 habitantes.

6. A população de um sítio de habitat corresponde a um terço da área total.

7. A população de um sítio de habitat corresponde a um sexto da área total.

Assim, e mesmo tendo em consideração a exploração dos recursos marinhos, de que a fauna ictiológica e malacológica encontrada em Almaraz é eloquente testemunho, não parece viável que as necessidades alimentares da população deste sítio, mesmo admitindo que 1000 habitantes seja ainda um número exagerado, fosse suprida apenas pelos seus recursos directos.

A mesma situação foi verificada para Lisboa.

Mesmo considerando as dificuldades em calcular a extensão da área ocupada em *Olisipo*, durante o I milénio a. C., não restam dúvidas que este é, sem dúvida, o maior povoado orientalizante do actual território português.

Mesmo descontinuadamente, toda a chamada colina do Castelo, do topo ao sopé, foi utilizada pela população da Idade do Ferro, sendo conhecidos os importantes e numerosos espólios de filiação orientalizante do Castelo de S. Jorge, da plataforma da Sé e da Rua Augusta. É possível considerar que *Olisipo* tinha uma área total de 15 ha, o que, no entanto, poderá não corresponder à superfície, efectivamente, urbanizada. Destes 15 ha, muitos constituíam-se enquanto espaços não construídos, situação em grande parte imposta pela própria morfologia da colina do Castelo. Qualquer cálculo demográfico que se pretenda efectuar para a Lisboa pré-romana está pois muito limitado por um conjunto de dificuldades dificilmente contornáveis, a que não é estranho o facto de as escavações arqueológicas não terem fornecido quaisquer dados que permitam falar, com mais clareza, sobre o tipo de implantação humana verificado em cada um dos locais intervencionados. Independentemente de qualquer cálculo demográfico seguro, o que é inegável é que a extensão de *Olisipo*, a quantidade de materiais arqueológicos que tem vindo a ser recuperados e a dispersão das áreas que, na colina do Castelo, revelaram vestígios de ocupação durante a Idade do Ferro deixam antever um local de importância capital e uma população muito provavelmente numerosa.

Considerando, uma vez mais, os números que Renfrew (1972), Naroul (1962) ou Casselberry (1974) manejam, obtenho para a Lisboa pré-romana uma população situada entre os 2500 e os 5000 indivíduos, parecendo-me perfeitamente possível que o número de habitantes de *Olisipo* se situe entre estes valores, que não considero excessivos, mesmo tomando em consideração a natureza da informação disponível.

Seja qual for, entre os valores calculados, o número que se aceite, verifica-se que para suprir as necessidades alimentares de uma população com esta dimensão era necessária uma área de recursos de extensão considerável, que não é compatível com a que Lisboa podia explorar, mesmo considerando territórios de exploração correspondentes a duas horas de marcha.

Abastecer Lisboa de cereais implicava 1500 ha de área disponível, uma vez que, como já referi, para uma população média de 3000 habitantes seriam necessárias anualmente cerca de 600 toneladas de cereais, e é sabido que 1 ha de terreno produz entre 400 a 410 kg de cereal, por ano.

Relativamente à Alcáçova de Santarém, o problema mantém-se. O sítio, actualmente com 4.5 ha, teria, na Antiguidade, uma área de 5 ha, havendo dados que permitem supor que, durante a Idade do Ferro, o espaço ocupado não excederia os 4 ha.

Partindo deste número, e tendo em consideração os cálculos efectuados pelos investigadores que se têm dedicado às análises demográficas pré e proto-históricas (entre



outros Renfrew, Naroul, Casselbery), posso deduzir que a população de Santarém, durante a Idade do Ferro, se contabilizaria entre os 700 e os 1300 habitantes. Destes números pode calcular-se que seria necessária uma vasta área de recursos, que incluísse quer pastagens quer terrenos cultiváveis, de forma a suprir as necessidades alimentares da população residente.

Devo começar por lembrar que, em termos geológicos, na área onde se implanta Santarém predominam os calcários, rocha muito permeável, favorecendo a infiltração da água e como consequência a génese de aquíferos. Daí resulta a escassez de cursos de água superficiais, o que limita a sua utilização, nomeadamente para a prática da agricultura.

Por outro lado, os terrenos apresentam-se pedregosos e, como tal, difíceis de serem trabalhados. Contudo, o calcário sofre um processo de corrosão que origina a denominada *terra rossa* que se acumula em áreas deprimidas.

É pois, assim, nos pequenos vales, com a presença de alguma água superficialmente disponível, devido a maior capacidade de retenção conferida pelas argilas, que se encontram criadas as condições mais propícias à prática da agricultura.

Verifiquei que o território abrangido pela isócrona correspondente aos 12 minutos de marcha se encontra totalmente preenchido por terrenos das classe D e E, classificados como não susceptíveis de utilização agrícola. Se no caso dos solos da Classe D estes podem ser utilizados para o aproveitamento de pastagens, os solos da Classe E apenas permitem o crescimento de vegetação natural adaptada a solos bastante pobres, como a urze.

O território abrangido pelos 30 minutos inclui manchas de solos da classe C, apenas susceptíveis de serem cultivados por culturas resistentes, nomeadamente de sequeiro.

À medida que nos afastamos de Santarém verifica-se uma melhoria na capacidade de uso dos solos. No território dos 60 minutos de marcha existe uma mancha de solos da Classe B, que, no entanto, durante a Idade do Ferro estaria certamente submersa, uma vez que o leito do curso de água junto do qual se localiza seria, consideravelmente, mais largo durante a Idade do Ferro.

Estas observações servem, sobretudo, para provar que a população residente em Santarém, mesmo admitindo o número mais baixo, sobreviveria dificilmente se apenas contasse com os seus recursos directos. Mesmo tendo em consideração que neste sítio a percentagem de animais caçados é claramente superior à que se verifica em outros povoados coevos da região, e que o gado bovino e ovicaprino encontrava aqui áreas de boas pastagens, o contributo cerealífero para a dieta alimentar teria, quase obrigatoriamente, que ser adquirido em outros locais.

Atendendo aos resultados obtidos pelas análises espaciais efectuadas, é obrigatório partir do princípio que as populações residentes nos três sítios do estuário do Tejo não podiam ser alimentadas pela produção agrícola praticada nos seus territórios imediatos. Assim, a concentração de população em sítios de *habitat*, verificada no início da Idade do Ferro, e, muito possivelmente, provocada pela chegada dos fenícios ocidentais ao estuário do Tejo, viria a provocar graves problemas alimentares, apesar das análises polínicas terem demonstrado que as áreas cultiváveis foram consideravelmente aumentadas nessa época. É, assim, possível admitir que esses problemas possam ter sido solu-

cionados através da importação de cereais, sem que possa adiantar qualquer dado sobre o local exacto dessa importação.

Este considerável excesso demográfico, para escassos recursos, terá na minha perspectiva originado, a partir do final do século VII a. C., um processo de colonização interna para o qual existem aliás evidências arqueológicas, na foz do estuário. Essas evidências materializam-se numa série de pequenos sítios, de áreas reduzidas, implantados em cotas baixas, sobre solos de tipo B e C e que podem ser considerados «casais agrícolas». Estes casais encontrar-se-iam na dependência directa de Lisboa e Almaraz e a sua fundação teria sido promovida pelos dois povoados centrais, com a função específica de contribuir para a supressão das dificuldades de tipo alimentar, estando portanto vocacionados para a prática da agricultura. Os casais agrícolas dependentes de Almaraz seriam a Pedrada e a Quinta do Facho (Barros, 1998), sítios onde cerâmicas de engobe vermelho, pintadas em bandas e cinzentas foram recuperadas.

Ao território de Lisboa pertenceriam Outorela (Cardoso, 1990), Moinhos de Atalaia (Pinto e Parreira, 1978) e Freiria (Cardoso e Encarnação, no prelo), sítios implantados em solos férteis, de razoável capacidade agrícola que estariam na dependência de Lisboa. Os espólios recolhidos sobre esses sítios evidenciam uma filiação cultural de características orientalizantes, que na maioria dos casos, pode datar-se a partir do século VI a. C.

As distintas tipologias dos sítios arqueológicos e os diversos tipos de implantação permitem pensar que se está perante um povoamento hierarquizado, onde Lisboa e Almaraz corresponderiam a povoados centrais, que, por isso mesmo, assumiam o controlo do território, controlando, igualmente, os pequenos povoados localizados na sua área de influência directa, que deles dependiam política e administrativamente. Muito provavelmente, os «casais agrícolas» contribuíam para suprir as necessidades alimentares da população dos dois «lugares centrais», cujo esforço produtivo se concentraria em outras actividades, concretamente as industriais e comerciais.

Quanto a Santarém, a situação não está tão bem caracterizada, uma vez que não existem evidências de qualquer povoamento secundário. A ausência de qualquer trabalho de prospecção efectuado na área pode ser responsabilizado por esta situação.

#### 4. DISCUSSÃO

Pouco mais havendo a discutir sobre os dados apresentados, limito-me agora a realçar que a chegada de fenícios ocidentais ao território português contribuiu, de forma decisiva, para a domesticação da terra portuguesa.

Em primeiro lugar, ressalta a introdução do plantio da vinha, porventura um dos mais significativos testemunhos da influência oriental no território actualmente português. Os dados do vale do Tejo permitem também equacionar que essa influência se materializa, igualmente, no aproveitamento, para fins alimentares, da oliveira, o que, associado ao trigo que a população indígena já cultivava há longos séculos, compõe a tríade mediterrânea por excelência: Pão, Vinho e Azeite.



Por outro lado, as análises espaciais ensaiadas revelaram que a presença de navegadores fenícios no estuário do Tejo acabaria por provocar grandes concentrações populacionais em sítios de *habitat*, facto que se deve relacionar com o aumento das áreas de cultivo, aumento esse que os resultados das análises polínicas confirmam.

Apesar das áreas cultiváveis terem já pois uma considerável dimensão, parece possível admitir que eram ainda insuficientes para suprir as necessidades alimentares das populações, o que pode ter conduzido, a partir do final do século VI a. C., a um processo de colonização interna que se traduziu na fundação de uma série de casais agrícolas, vocacionadas para a produção de alimentos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1992): «A evolução da cultura castreja», *Conímbriga*, Coimbra, 31, pp. 39-71.
- ARRUDA, A. M. (2002): «Los fenicios en Portugal», *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, 5-6, Barcelona, Universidad Pompeu Fabra.
- AUBET, M. E., P. CARMONA, E. CURIÁ, A. DELGADO, A. FERNÁNDEZ CANTOS e M. PÁRRAGA (1999): «Cerro del Villar – I. El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalquivir y su interacción con el hinterland», *Monografías Arqueología*, Sevilla: Junta de Andalucía.
- BARROS, L. (1998): «Introdução à Pré e Proto-História de Almada», Câmara Municipal de Almada.
- BARROS, L., J. L. CARDOSO e A. SABROSA (1993): «Fenícios na margem Sul do Tejo. Estudos Orientais IV», (Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português», 1992), Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 143-181.
- BUXÓ, R. (1997): «Arqueología de las Plantas», Barcelona, Critica.
- CARDOSO, J. L. (1996): «Base de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O Testemunho dos grandes mamíferos. In de Ulisses a Viriato», Lisboa, Instituto Português Museus, pp. 166-169.
- CASSELBERRY, S. (1974): «Further refinement of formulae for determining population from floor area», *World Archaeology*, London, Routledge, 6, pp. 116-122.
- CHAMORRO, J. (1994): «Flotation strategy: method and sampling plant dietary resources of tartessian times at Doña Blanca», in E. Rosselló e A. Morales (eds.), pp. 21-35.
- DAVISON, I. e G. N. BAILEY (1984): «Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía», in *Boletín del Museo arqueológico Nacional*, Madrid, 2, 1, pp. 25-46.
- FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, V. e G. RUIZ ZAPATERO (1984): «El análisis de territorios arqueológicos: Una interpretación crítica» *Arqueología Espacial* (Actas del coloquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos), Teruel, Seminario de Arqueología y etnología turolense, Colegio Universitario de Teruel, 1, pp. 55-72.
- HALSTEAD, P. (1989): «Counting sheep in Neolithic and Bronze Age Greece», in I. Hodder, G. Isaac e N. Hammond (eds.), pp. 307-339.

- LEEJWAARDEN, W. van e C. R. JANSSEN (1985): «A preliminary palynological study of a peat deposit near an oppidum in the lower Tagus valley, Portugal», in Actas da I reunião do quaternário ibérico, Lisboa, Grupo de trabalho para o Estudo do quaternário/Grupo Español de Trabajo del Cuaternario, vol. II, pp. 225-235.
- MILISAUSKAS, S. (1972): «An analysis of linear culture long houses at Olszanica BI, Poland», *World Archaeology*, London: Routledge, 4, pp. 57-74.
- NAROUILL, R. (1962): «Floor area and settlement population», *American Antiquity*, 27, pp. 389-396.
- RENFREW, C. (1972): «Patterns of population growth in the prehistoric Aegean», in P. Ucko, R. Tringham, Dimbleby (ed.), pp. 383-399.
- ROSSELLÓ, E. e A. MORALES (1994): «Castillo de Doña Blanca». Archaeo-environmental investigations in the bay of Cádiz. Spain (750-500 B.C.). BAR, International Series, 593.
- UCKO, P., R. TRINGHAM, DIMBLEBY (ed.) (1972): «Man, settlement and urbanism», London, Duckworth.
- VITA-FINZI e E. S. HIGGS (1970): «Prehistoric economy in the Mount Carmel area of Palestine: Site-catchment analysis. The prehistoric society», Cambridge, Department of archaeology and anthropology, pp. 1-37.